



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

VISITA A PORTUGAL

Encerramento do encontro empresarial
luso-brasileiro
Lisboa
6 de maio

Plano de estabilização econômica que reflete um projeto de toda a sociedade brasileira, cônica de que ele atende não só os requisitos da racionalidade econômica, mas também aos imperativos da justiça social e da democracia.

Foi com prazer que aceitei o convite para comparecer a este oportuno encontro entre empresários de Portugal e do Brasil.

Agradeço, sensibilizado, o honroso título de sócio honorário da Associação Industrial Portuguesa, que recebo como uma demonstração a mais da generosidade portuguesa e como testemunho do proveitoso convívio entre dirigentes empresariais de ambos o países.

Numa reunião de empresário, é natural que a atenção se volte para o plano de estabilização econômica, o qual, além do seu aspecto de combate técnico à inflação, reflete um projeto de toda a sociedade brasileira, cônica de que ele atende não só aos requisitos da racionalidade econômica, mas também aos imperativos da justiça social e da democracia.

Trata-se de uma opção pelo crescimento auto sustentado e um não à recessão e ao desemprego. Medidas drásti-

cas se impuseram face à insuficiência comprovada dos mecanismos clássicos de corte nos gastos e restrição da moeda. Estavam sob controle as fontes primárias da inflação: o déficit operacional do setor público havia sido reduzido, as taxas de juros caíam. A estabilidade dos preços agrícolas fora restaurada e as contas externas mantinham equilíbrio. No entanto, a alta de preços não cedia. A indexação tinha-se transformado no mecanismo auto-alimentador da própria inflação. Havia, pois, que executar um programa viável e corajoso, que, sem recorrer a receituários ortodoxos, atendesse às exigências de funcionamento da economia brasileira.

Em 28 de fevereiro último, criou-se uma moeda forte — o Cruzado — em substituição ao cruzeiro, que se desvalorizava quase 0,5% ao dia, suprimiu-se a indexação generalizada da economia pela inflação passada. A grande maioria da população dera-se conta de que os reajustes traziam apenas uma recuperação temporária de suas rendas, mantendo, por conseguinte, as incertezas futuras. Determinou-se, como medida suplementar, o congelamento dos preços. Era imperioso que todas as atividades produtivas passassem a funcionar em um sistema de estabilidade de preços.

Sob a égide de uma nova mentalidade, valoriza-se o trabalho, remunera-se o risco e a criatividade do investimento, recompensa-se o aumento da produtividade e a redução de custos.

Era igualmente imprescindível que o fim do flagelo inflacionário não implicasse, como no passado, sacrifícios adicionais aos trabalhadores. Os salários foram convertidos, de cruzeiros para cruzados, pela média real dos últimos seis meses, acrescentando-se um abono geral de 8% e de 16% para o salário mínimo.

Tomamos, assim, especial precaução para proteger o poder de compra dos trabalhadores, sobretudo os de baixa renda.

A criação do seguro-desemprego e uma escala móvel de salários são respostas à preocupação central com a imensa maioria da população economicamente ativa.

As negociações entre empregadores e empregados prosseguem livremente, facilitadas, doravante, pelo fim da ilusão monetária e calcadas em temas concretos, como índices de produtividade e melhoria das condições de trabalho.

O povo brasileiro soube ver o caráter equilibrado e imparcial do programa. A especulação financeira foi eliminada e a poupança volta a ser canalizada para as atividades produtivas.

Em 15 de abril último após um mês e meio de implantação do programa, tive o júbilo de anunciar um fato inédito para as últimas gerações de brasileiros: uma taxa de deflação para os primeiros trinta dias de vigência do programa.

Um êxito de tal envergadura se obteve em meio ao entusiasmo da população e sem qualquer perturbação da ordem.

Não se concretizaram os augúrios pessimistas que nos acenavam com os fantasmas do desabastecimento, da derrocada do sistema financeiro e da recessão. Ao contrário temos assistido a uma nova aceleração em todos os setores produtivos. Prognósticos realistas indicam um crescimento de 5 a 6% ao ano do Produto Interno.

Desejo expressar mais uma vez meu reconhecimento à classe empresarial brasileira, representada neste encontro, pela maturidade e pelo discernimento em tão bem compreender a necessidade de sua contribuição para um projeto que, como poucas vezes na História do País, une todos os brasileiros, em um só espírito e uma só determinação.

Naturalmente, o programa é um primeiro passo que por si não resolve os problemas herdados da estrutura econômica e social. Não satisfaz os anelos concretos por melhores condições de alimentação, moradia, saúde e educação. No entanto, todos, hoje, no Brasil, compreendem que a inflação descontrolada não nos dava espaço e visibilidade para planejar e instrumentar um programa de investimen-

tos de claro direcionamento social. O urgente nos impedia de lidar com o importante.

Afastada a instabilidade de preços, teremos condições de fazer contas certas, alocando recursos de forma mais equilibrada, entre os setores de maior premência social e aqueles mais dinâmicos e modernos. Poderemos provar que a inversão socialmente é útil e igualmente rentável e eficiente, e não agride qualquer postulado econômico.

A entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia é outro tema que certamente centralizou a atenção deste plenário. Portugal tomou um passo decisivo na construção de seu futuro, ao aderir a um mercado de mais de 320 milhões de consumidores de alta renda.

Como observador, vislumbro amplas perspectivas para a nação portuguesa, em um acesso facilitado a essas novas fontes de recursos e tecnologia.

A adesão de Portugal à CEE na verdade, suscita oportunidades novas a empresas de ambos os países: a língua comum, o fato de os portos portugueses serem, na Europa, os mais próximos do Brasil, o estágio de desenvolvimento da indústria portuguesa, sua reestruturação e modernização, são alguns dos fatores propícios a projetos.

Não me surpreende, pois, que já estejam prosperando entendimentos nesta área, com um interesse manifesto de crescente número de empresas.

A enorme experiência portuguesa na área de turismo — citando apenas um exemplo — pode contribuir, sobremaneira, para este setor que, no Brasil, apresenta grande dinamismo. As companhias de comercialização internacional podem igualmente juntar esforços e experiências no sentido de multiplicar e maximizar oportunidades de intercâmbio, inclusive em terceiros mercados.

O intercâmbio, comercial bilateral carece ainda de maior expressividade, pois não reflete potencialidade, que estejam à altura deste novo membro da comunidade e do

Brasil, a oitava economia de mercado do mundo, em termos de produção interna.

Nós, brasileiros, sabemos ver que a adesão à CEE representa uma aposta na capacidade empresarial portuguesa e engendra amplas possibilidades de progresso, que, sem dúvida, se refletirão de forma permanente na esfera do comércio bilateral. A ausência de contencioso comercial serve de alavanca sólida para a busca de convergências mais substanciais.

É bem verdade que o contexto econômico internacional muitas vezes conspira contra nossas vontades nacionais.

Nos últimos 10 anos, o Brasil teve que arcar com uma sobrecarregada conta de petróleo e despendeu valores crescentes para o pagamento de juros sobre a dívida externa, a taxas exorbitantes.

Esse é um problema generalizado, à espera de solução mais permanentes, mais equânimes, e, sobretudo, ajustadas ao princípio indeclinável do crescimento econômico.

Salta aos olhos que o Brasil não pode continuar transferindo ao exterior renda equivalente a 5% do seu Produto Interno Bruto. Temos, aqui, um constrangimento financeiro comum, na frente externa, a nos aconselhar reflexão conjunta.

Compreender as implicações do plano brasileiro de estabilização econômica e avaliar o alcance da participação de Portugal na CEE consubstanciam a tarefa que nos incumbiu na presente reunião. Desse entendimento recíproco, deverão surgir novas luzes para a cooperação bilateral e o enfrentamento compartilhado de nossos condicionamentos externos.

Na qualidade de Presidente do Brasil e, agora como sócio honorário da Associação Industrial Portuguesa, terei sempre presente a grandeza dessas tarefas e a elas darei o decidido apoio do Governo brasileiro.